

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.416.329 - MG (2018/0332088-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : PRJ PARTICIPACOES, EMPREENDIMENTOS LTDA.
ADVOGADO : MARCO TULLIO BRAGA - MG035738N
AGRAVADO : LIVA PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADOS : LEONARDO BRAZ DE CARVALHO - MG076653
DANIEL DINIZ MANUCCI - MG086414
MATHEUS TORRES DIAS E OUTRO(S) - MG119047
JOSE SALVADOR TORRES SILVA - MG076651
INTERES. : JOSÉ ROBERTO SALGADO

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (e-STJ Fl. 291):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - MEDIDA LIMINAR - DEFERIMENTO PELO JUIZ - REQUISITOS - ARTIGO 561 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - AUSÊNCIA - DEMONSTRAÇÃO, PELO AUTOR, DE SUA POSSE ANTERIOR E DO ESBULHO PRATICADO PELO RÉU - INEXISTÊNCIA - RECURSO PROVIDO - DECISÃO COMBATIDA REFORMADA - LIMINAR INDEFERIDA.

- Para a concessão de medida liminar de reintegração de posse, é necessária a comprovação, pelo autor, de sua posse anterior, do esbulho praticado pelo réu e da data de sua ocorrência, nos termos do artigo 561 do Código de Processo Civil.

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos, para suprir omissão, sem alteração no julgado (fls. 304/316).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação dos arts. 104, I, 1.134 e 1.138 do Código Civil. Sustenta, em síntese, que *a) "a empresa estrangeira que recebeu as Fazendas e posteriormente transferiu para a Agravante, ora Recorrida, atua irregularmente no Brasil"* (fl. 323), motivo pelo qual *"a relação entre a Recorrida e terceiros é nula desde a origem"*, pois falta agente capaz (fl. 325); e *b) a Recorrida "nunca teve a posse anterior do bem e não possui meios para provar isso"* (fl. 322).

Apresentadas contrarrazões às fls. 333/341.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre salientar que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do novo CPC, motivo pelo qual o presente recurso será examinado à luz do Enunciado Administrativo nº 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Registra-se, ainda, que à luz da Súmula 735/STF, a jurisprudência deste STJ, firmou-se no sentido de que via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito.

No presente caso, observa-se que o Tribunal de origem deu provimento ao agravo de instrumento interposto, para indeferir a medida liminar de reintegração de posse pleiteada, pelos seguintes fundamentos (fls. 294/296):

"Na situação fática versada nos presentes autos, não vejo atendidos, pela Autora, ora Agravada, nos autos em que proferida a decisão combatida, dois desses requisitos, quais sejam, da prova de sua anterior e exclusiva posse exercida sobre os imóveis objeto do litígio e do esbulho dito praticado pelos réus.

A tanto não bastam, a meu aviso, os documentos apresentados com a peça de ingresso, nos quais se baseou à douto Juízo da 1º grau para conceder a medida liminar de reintegração de posse.

No tocante às certidões de inteiro teor da matrícula dos imóveis objeto do litígio junto ao Cartório de Registro de Imóveis do Município de Bocaiúva (fls. 43147 - TJ), apesar de comprovarem que a Agravada é proprietária dos bens, não demonstram a posse por ela dita exercida sobre eles.

Em relação à mensagem eletrônica registrada ata notarial de fl. 49, dita encaminhada ao preposto da Autora, de nome Francisco de Assis Luis, pelo Réu José Roberto Salgado, não se vislumbra, de seu conteúdo, sequer menção aos imóveis objeto do litígio, e, muito menos, às invasões narradas na inicial.

No que se refere, de outro lado, o Boletim de Ocorrência de fls.51/53 não é suficiente à comprovação do esbulho supostamente praticado pelos Réus, uma vez que dele apenas consta narrativa unilateral dos fatos feita, por preposto da Autora, ao Policial encarregado de sua lavratura.

Esse documento, assim, no tem valor como prova da

efetiva ocorrência da alegada invasão, uma vez que dele apenas consta relato, feito pela parte envolvida, tomado sem o crivo do contraditório, inexistindo qualquer afirmação dos Policiais, sobre o ocorrido, com base no que tivessem presenciado, constatado ou verificado.

Não se ignora a presunção de veracidade juris tantum de que se reveste esse tipo de documento, decorrente de seu caráter oficial, por produzido por agentes públicos.

Essa presunção, porém, limita-se ao que o próprio agente público, responsável pela elaboração do documento, informar ou afirmar, baseado naquilo que ele próprio tenha presenciado ou constatado.

Não envolve, obviamente, as informações que representem mera reprodução de relatos colhidos dos envolvidos na ocorrência ou de terceiros ouvidos, que não passam, ao simples motivo de registradas pelo agente público, a se revestir da presunção de veracidade ou certeza.

Em outras palavras, o simples registro de uma informação, colhida dos envolvidos ou de terceiros, em um boletim de ocorrência policial, não torna verídico um relato dissociado da realidade dos fatos.

Já os documentos de fls. 55161 - TJ, relativos a processo criminal envolvendo o Réu José Roberto Salgado, em nada se relacionam aos fatos narrados na peça de ingresso.

Registre-se que, além de não ter a Agravada se desincumbido do ônus de comprovar os requisitos supramencionados, relativos à posse anterior e ao esbulho sofrido, a Agravante apresentou, com sua contestação, instrumento particular (fls. 1391142—TJ) pelo qual foi imitada na posse de dois terrenos localizados em imóvel maior denominado 'Fazenda Bahia', onde teria ocorrido o esbulho, no dia 24.04.2015, portanto quase dois anos antes dos fatos narrados na peça de ingresso.

Um desses terrenos, inclusive, é aquele objeto da matrícula de n.º 9.645 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bocaiúva-MG, que, segundo a Agravada, teria sido um dos bens esbulhados.

Esses documentos constituem indícios de que a Agravante exerce, sobre os terrenos objeto do litígio, quando nada, posse indireta, transferida por meio de cláusula contituti, o que afasta, a princípio, a configuração de esbulho".

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no sentido de que os documentos colacionados aos autos não bastam para comprovar anterior e exclusiva posse do autor sobre os imóveis objeto do litígio e do esbulho praticado pelos réus, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria,

necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Em reforço:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERDITO PROIBITÓRIO. NEGATIVA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. ARTS. 405 DO CPC/73 E 5º DA LINDB. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA LIMINAR. DOCUMENTOS QUE NÃO CONDUZEM À CONFIGURAÇÃO DE TURBAÇÃO/ESBULHO. DEFERIMENTO DA MEDIDA. SÚMULAS 7 DO STJ E 735 DO STF. LITIGÂNCIA TEMERÁRIA AFASTADA. ALTERAÇÃO DAS PREMISSAS FÁTICAS. SÚMULA 7 DO STJ. INVIABILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado nº 2 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça." 2. O v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia, não incorrendo em negativa da prestação jurisdicional.

3. Deficiência de fundamentação em relação aos arts. 405 do Código de Processo Civil de 1973 e 5º da LINDB, o que atrai a incidência, por analogia, da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

4. O Tribunal a quo, mediante o exame do acervo fático-probatório dos autos, concluiu não terem sido comprovados o exercício da posse e a turbacão de modo a viabilizar o deferimento da medida liminar. A alteracão das premissas estabelecidas no acórdão recorrido, no sentido de deferimento da medida liminar com base na ocorrência de turbacão/esbulho, é providência vedada no recurso especial pela Súmula 7 do STJ. Precedentes.

5. O STJ, em sintonia com o disposto na Súmula 735 do STF, entende que, "via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa" (AgInt no AREsp 886.909/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA,

julgado em 17/11/2016, DJe de 28/11/2016).

6. Afastada a litigância de má-fé pelo acórdão recorrido, afigura-se inviável em sede de recurso especial a constatação de sua configuração, ante o óbice contido na Súmula 7 do STJ.

7. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AgInt no AREsp 976.909/SP, **de minha Relatoria**, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 14/03/2017)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator

